

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT15 - Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia

Ciência e Militância: os Estudos de Gênero no Brasil

Lucila Scavone

CAXAMBU, 2011

Ciência e Militância: os Estudos de Gênero no Brasil

Lucila Scavone¹

Introdução

O objetivo deste texto é analisar o crescimento e as contribuições dos Estudos Feministas e de Gênero à construção de uma sociedade democrática e plural no Brasil. Apoia-se em dados da pesquisa, em andamento, *Estudos de Gênero e Feministas no Brasil: implicações científicas e sócio-políticas (UNESP/CNPq)*. Esta pesquisa se propôs compreender - entre inúmeras outras questões que fogem ao escopo desta comunicação - a relação histórica destes estudos com a militância feminista e, em última instância, sua contribuição, ao longo dos últimos quarenta anos, para a construção de uma sociedade democrática e plural, com equidade de gênero, raça, classe, sexualidade. Pelo fato de os Estudos Feministas e de Gênero no Brasil terem nascidos vinculados à luta Feminista e/ou à luta pela consolidação de um Estado Democrático, eles mantiveram, em sua maioria, um compromisso político acadêmico, ao realizar pesquisas que dão visibilidade aos problemas sociais ligados às relações de gênero.

Sem adentrar em um conceito mais teórico de sociedade democrática e dos tipos de democracia, interessa-nos aqui a especificidade da História contemporânea brasileira, a qual, após 21 anos de ditadura militar, retomou por meio da sociedade civil e política o processo de democratização do país. Para identificar os elos da militância com a ciência é necessário fazer uma reflexão sobre as questões sociais e políticas, que os estudos de gênero e feministas - apoiados em referências teóricas e metodológicas das ciências com as quais dialoga - têm trazido para o debate público. Como, por outro lado, é necessário localizar como as problemáticas da militância “*irriga(ra)m as Ciências Humanas*” (GARDEY, 2005).

Feminismo e estudos sobre as mulheres

A emergência dos estudos sobre as mulheres e de gênero no Brasil corresponde aos inícios de um movimento feminista, anos 1970/80, que aliado à luta contra a ditadura,

¹ Profa, Titular Departamento Sociologia UNESP/Ar. Pesquisadora I CNPq.

agregou feministas no país e no exílio. Já em 1967, a socióloga feminista Heleieth SAFFIOTI defendeu sua tese de Livre-Docência “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. Esta tese trouxe para a academia brasileira um problema social inédito, que buscava analisar o lugar das mulheres na sociedade de classes, como um problema sociológico, com ênfase na questão do trabalho e da educação. Sua bibliografia incluía tanto os clássicos das teorias sociais, como artigos e livros da literatura internacional. Entre suas referências encontramos, entre outros, o hoje clássico texto de Juliet Mitchel, “Women: the longest revolution” publicado pela New Left Review em 1966. Este artigo foi traduzido, para o português, em 1967, pela Revista Civilização Brasileiro, que foi fechada em 1968 pela ditadura militar.²

Em 1972, a socióloga Eva BLAY defendeu sua tese de Doutorado “Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista”, publicada em 1978. Em 1975, os Cadernos do CEBRAP publicam um artigo sobre a questão da estrutura do emprego e do trabalho feminino (MADEIRA, F. e SINGER, P., 1975, p. 20) e segundo BRUSCHINI e UNBEHAUM (2002) estes três trabalhos teriam sido “a porta de entrada” dos estudos sobre mulheres na academia. De fato a questão do **trabalho feminino** foi um dos temas que mais mobilizou os estudos feministas e de gênero em sua primeira fase e até hoje continua ocupando um lugar nas produções da área, o que mostraremos mais adiante.

Podemos dizer que estes primeiros trabalhos surgiram concomitantemente com os debates das ideias e do movimento feminista internacional, dos meados dos anos 60/70, que atraíam a atenção para os problemas sociológicos específicos das mulheres em uma sociedade em célere transformação, na qual, as mulheres ocupavam cada vez mais o mundo do trabalho e procuravam se libertar das relações de dominação masculina na vida privada e pública. No Brasil, há registros da organização de grupos de reflexão feministas em São Paulo e Rio de Janeiro, no começo da década de 1970, com mulheres que haviam voltado de uma experiência de estudos nos Estados Unidos ou na Europa, sobretudo, professoras universitárias (SCHUMAER S., BRAZIL E. V., 2000; PEDRO J. 2006).

É frequente que estudiosas do movimento feminista brasileiro situem o **Ano Internacional da Mulher**, promovido pela ONU e ocorrido no México, em 1975, como

² O livro desta tese foi publicado dois anos depois e se tornou um best-seller, na sua segunda edição, em 1975 (SAFFIOTI, H., 1969, 1975.). Em um de seus últimos artigos *Quantos sexos? Quantos gêneros? Unisexo/Unigênero?* (2009) a autora conta dos problemas que teve, com o então Conselho Estadual de Educação, que interviu na composição de sua banca, acusando-os de comunistas. Com isto, também, sentiu-se pressionada a ampliar sua bibliografia incluindo os clássicos das Ciências Sociais, como Durkheim e Weber, além das referências à Marx seu autor preferido.

propulsor do movimento no país (BRUSCHINI C.; UNBEHAUM S., 2002; SARTI, 2001). Esta celebração teria propiciado, no contexto da ditadura militar, abertura de espaços para reuniões, debates públicos, enfim, meios para sair da clandestinidade. Foi uma ocasião para setores da esquerda que ficaram no país e para as mulheres, feministas ou não, de utilizarem a ocasião para se manifestar contra a ditadura e, também, divulgar os problemas sociais, que eram, então, tratados como **questão da mulher**.

Um Seminário realizado no Rio de Janeiro em 1975, patrocinado pela ONU e pela Associação Brasileira de Imprensa, organizado por um grupo de mulheres feministas, é considerado “*como o primeiro momento do debate público sobre feminismo*” no país. A pauta incluía questões **do trabalho, da saúde, da educação, da legislação, da discriminação racial**, entre outros. Participaram do Seminário vários grupos de oposição à ditadura, inclusive grupos católicos, com os quais as organizadoras buscavam alianças. Isto gerou um documento que deu mais destaque às questões do trabalho, omitiu a questão do aborto e a palavra feminismo (BARSTED L., 1992).

Em São Paulo também foi organizado, neste mesmo ano, por vários setores da sociedade, um evento na Câmara Municipal, “Diagnóstico da Mulher Paulista” (MORAES Q. M. L., 1990). Foram criados, logo após, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDBM) em São Paulo e o Centro da Mulher Brasileira (CMB) no Rio de Janeiro. Eles fortaleciam a luta pela volta à Democracia no país e suas reivindicações específicas eram relacionadas, sobretudo, à situação das mulheres trabalhadoras, como **criação de creches e escolas; melhoria das condições de vida**.

No ano de 1975, um grupo de intelectuais feministas ligadas ao **Coletivo de Pesquisas sobre Mulher** da Fundação Carlos Chagas (FCC) organizou o Simpósio “**Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher**” na XXVII Reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), órgão tradicionalmente progressista, que apoiava a luta contra a ditadura. Esta foi uma das primeiras ocasiões em que a questão da mulher foi debatida em um fórum acadêmico de porte nacional. O Movimento Feminino pela Anistia (MFA), criado em 1975 em São Paulo, sob a liderança de Terezinha Zerbini, é outro exemplo do bom aproveitamento político do evento Internacional com a proposta de anistia “*ampla, geral a todos que foram atingidos pelos atos de exceção*”. Muitas militantes do MFA eram feministas, ou aderiram ao feminismo após a militância pela anistia (PEDRO, 2006). Entretanto, o

MFA rompeu com a Frente Unitária das Mulheres por sua líder não concordar com a discussão sobre aborto ali levantada (MORAES Q. M. L., 1990).

Enquanto isto, as brasileiras **exiladas** na França - país que mais recebeu brasileiros/as ao longo da ditadura - em suas novas experiências de vida, passam a ter novas percepções das relações de gênero em suas vidas afetivas e nas organizações políticas onde atuavam. Em sua maioria, elas se identificaram com as reivindicações do feminismo francês - **aborto e contracepção livres e gratuitos, divisão sexual do trabalho na vida conjugal; igualdade salarial, igualdade política, violência contra às mulheres; apropriação de seus corpos e sexualidades** - participando e organizando grupos feministas, ou ainda, atuando nos grupos franceses (GOLDEBERG, A., 1987; 1989).

Dois grupos, organizados por brasileiras no exterior, destacam-se na História do Feminismo brasileiro: o **Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (Latino-Americanas)**, fundado pela escritora brasileira Danda Prado, em 1972 e **O Círculo de Mulheres Brasileiro em Paris (Círculo)**, fundado em 1976. Estes dois grupos interagiam com o movimento feminista francês em passeatas e ações públicas e se identificavam com suas reivindicações mais amplas. Além disso, também editavam suas ideias em jornais ou em textos internos. Estes grupos eram compostos não só por exiladas políticas brasileiras, mas também por estudantes.

As **Latino-Americanas** editaram no período de 1972 a 1976 o **Jornal Nosotras**, com a contribuição de mulheres de vários países da América Latina e, também, da França. Sua pauta era voltada para as questões feministas, além de publicar matérias sobre a situação das mulheres em diversos países. O jornal era enviado para o Brasil e distribuído para pessoas chave, burlando a censura e propagando as ideias feministas radicais no país (CARDOSO E, 2004; PRADO D. 2009) ³.

O **Círculo** foi um grupo composto somente por brasileiras e se propunha lutar contra a “*opressão específica das mulheres*” de forma “*autônoma*”, embora considerasse que essa opressão não se refletisse “*da mesma forma para todas as mulheres*”. Assim, pretendia integrar a luta “*de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira (...) da exploração e opressão*”, não abandonando o

³ Cf depoimento de PRADO D. à CARDOSO E. Imprensa feminista no exílio e a descoberta do gênero, VII Colóquio Brasil-França, 2004. Disponível <http://reposcom.portocom.intercom.org.br>

compromisso com as lutas mais gerais, entretanto, bem atentas às questões específicas que circulavam no feminismo francês (CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS EM PARIS, 1976). O grupo manteve contato com os jornais feministas que se criaram no país - **Brasil Mulher e Nós Mulheres** – e, também, com a imprensa alternativa brasileira da época. Este grupo viveu até 1979, quando a Anistia possibilitou o retorno do exílio de grande parte de suas militantes.

O Jornal Nós Mulheres foi criado, em São Paulo em 1976, e é considerado “*a primeira publicação do feminismo brasileiro contemporâneo a declarar-se feminista*” (MORAES, Q.M.L. 1990). Este jornal tinha uma organização interna flexível e não partidária, funcionava como um coletivo e defendia a autonomia do movimento; contava com mulheres que já haviam vivido no exterior para estudos, ou haviam voltado do exílio (LEITE R., 2003). Levantava bandeiras feministas denunciando a dupla moral e a repressão sexual e, também, a opressão da mulher em todas as classes. A questão do racismo já fazia parte das preocupações dessas feministas: no primeiro número deste jornal foi publicado o depoimento de uma mulher negra que denunciava o racismo no país (CORREIA M. 2001), Apesar da postura assumidamente feminista deste jornal, havia ainda uma demanda e uma crítica da ausência de questões candentes do feminismo em sua pauta jornalística (aborto, sexualidade,) impossível de cobrir no contexto da época. O “Nós Mulheres” encerrou suas atividades em 1979.

Em 1978, no Rio de Janeiro, um grupo de mulheres feministas rompeu com Centro da Mulher Brasileira, com um manifesto que reivindicava “*espaço para os temas-tabu*” como a sexualidade e o aborto. No ano de 1979 o I Congresso da Mulher Paulista lembrou o “*direito das mulheres a ter o número de filhos desejados*” (modo indireto de tratar da questão do aborto) centrou-se na luta pelas creches; destacou a “*anistia, ampla, geral e irrestrita*” aos presos e perseguidos políticos. Tanto em nível organizacional como político, o movimento feminista consolidou durante o longo processo da volta ao Estado Democrático suas reivindicações próprias e, por meio delas, foi um dos atores de peso neste processo. Com a Anistia política as exiladas voltaram com a experiência europeia do Feminismo, inegável estímulo para uma maior definição do movimento no país. As trocas de experiências entre as duas experiências feministas foram acrescidas dos contatos com outros movimentos sociais emergentes: mulheres da periferia, negros e homossexuais.

Nos anos 1980-90 destacamos: a formação de grupos autônomos em todo o país; sua articulação em nível nacional; sua intensa participação na realização da nova Constituinte e nas políticas de saúde e da violência contra as mulheres. No começo dos anos 80 havia aproximadamente 30 grupos feministas autônomos no país, do extremo nordeste, em São Luís do Maranhão, ao extremo sul, em Porto Alegre. **Estes grupos** faziam intenso trabalho político: nas ruas (manifestações, peças teatrais); nas periferias (formando grupos de discussão, ou de pesquisas militantes); e no atendimento social (para saúde e violência). Neste período, um grupo de feministas pesquisadoras, jornalistas, intelectuais lançou o **Jornal Mulherio (1982-1988)** vanguarda na discussão de questões feministas na imprensa, tais quais: *licença paternidade para os pais, democracia doméstica, o movimento de mulheres negras, a descriminalização do aborto*. (TELES M.A.A. 1993). De 1981-1983 este jornal ficou ligado à FCC, mas “*seu caráter inovador e polêmico provocou tensões no relacionamento do Coletivo com a Instituição*” da qual, então, se desligou. BRUSCHINI e UNBEHAUM (2002). Ele se mantém independente e encerra suas atividades em 1988.

Ao escolher sua estratégia política - privilegiar as lutas gerais ou as lutas específicas - o feminismo brasileiro optou por participar das lutas gerais, mas passou a partir de então a assumir com mais ênfase as lutas ditas específicas. Concentrou suas ações em duas grandes áreas, que remetiam à formulação de políticas públicas e sociais na democratização do país: **a saúde e a violência** às mulheres. Com isto, a atuação do movimento se direcionava mais para as classes populares, desprovidas de direitos à saúde e de direitos de assistência aos danos da violência, embora, reconhecesse que estes problemas atingiam as mulheres de todas as classes sociais.

É possível dizer que neste período a ação e a reflexão feministas caminharam juntas, por meio de uma produção de pensamento e ações que eram divulgados nas revistas, em textos avulsos, militantes ou teóricos, além dos trabalhos acadêmicos que despontavam, abriam caminho para a ampliação dos estudos sobre mulheres e posteriormente, para os estudos de gênero no país. Como vimos todo este processo não pode ser explicado isoladamente. Há que considerar o contexto histórico nacional e internacional no qual ele emergiu. No Brasil sua emergência esteve relacionada tanto “*pela existência de um movimento de liberação das mulheres nos países centrais, espécie de parâmetro simbólico e longínquo dos anos 60/70/80, mas, também, e,*

sobretudo, por um ativo movimento local de mulheres” (COSTA, 1994). De fato, o movimento e a crítica feminista propulsionaram o crescimento destes estudos no país; mas em sua continuidade nem sempre esta relação é evidente, ou automática, conforme verificamos na pesquisa em pauta. Os *women’s studies*, por exemplo, começaram a ser introduzidos nas universidades americanas pelo feminismo e esta relação, também moveu a academia francesa, embora em menor dimensão. Uma das áreas que mais cresceu e se notabilizou na França foi a da História das Mulheres. Nos Estados Unidos, os “*gender studies*” afirmaram-se no âmbito dos “*estudos culturais*”, assim como os “*estudos sobre o racismo*”, “*pós-coloniais*” e, mais recentemente, os “*queer studies*” (CUSSET, 2003). Em cada país há variantes e características próprias desta relação. No caso do Brasil, a estrutura do ensino e pesquisa possibilita a criação de disciplinas e investigações sobre temas específicos.

Este período corresponde à volta do (as) exilado(a)s, à abertura democrática, à criação em 1985 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, às Conferências Internacionais, à Promulgação da Nova Constituição - na qual o movimento feminista foi o setor da sociedade civil que conquistou mais vitórias - e ao início da transformação dos grupos autônomos em organizações não-governamentais atuando com intensidade nas áreas da saúde, violência. Já nos anos 1990 há a formação das **redes** que ampliam o alcance do debate e da mobilização. Com a acelerada transformação dos grupos autônomos em ONGs, muitas feministas, que já estavam na academia, ficaram somente nela, outras investiram nestas organizações.

Há neste período um aumento considerável de subdivisões dentro do movimento que incidiram na produção acadêmica: há o movimento lésbico que saí do movimento feminista (heterossexual) e gay; as mulheres negras lésbicas, que saem do movimento feminista negro; as feministas católicas, entre outras. Esta dispersão foi articulada pela formação de redes virtuais e/ou reais que buscaram aglutinar as divisões temáticas, no espaço nacional, latino-americano e internacional. Do ponto de vista dos estudos de gênero, as questões relacionadas à sexualidade, homossexualidade, racismo também, se desdobram tematicamente e se desenvolveram a partir da década de 1990.

O feminismo brasileiro foi passando por um processo de institucionalização crescente: em nível governamental na criação de Conselhos da Mulher e, finalmente, a

partir de 2002 com a criação da **Secretaria de Política para as Mulheres**, passou a se configurar em um “feminismo de estado”.

Gênero na Academia: núcleos, grupos, eventos

Um Seminário realizado em 1978, no Rio de Janeiro: “A mulher na Força de Trabalho na América Latina”, organizado pela socióloga Neuma Aguiar (IUPERJ), originou o Grupo Temático (GT) Mulher e Trabalho, da ANPOCS (COSTA, 1994). Foram também criados no mesmo ano na ANPOCS os GT Mulher e Política e o GT Família e Sociedade. A ANPOCS (Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais) foi criada em 1977 estes GTs atuaram a partir de 1978 e perduraram até a reestruturação interna dos Encontros desta associação, no começo dos anos 1990, que buscava maior flexibilidade e circularidade na constituição dos grupos⁴. Foi então que os GTs **Mulher e Trabalho e Mulher e Política** deram lugar ao **GT de Relações de Gênero**, que durou até 1999. Em 2005 foi criado o **GT Gênero na Contemporaneidade**, com duração de dois anos. Há uma pulverização da questão gênero em diferentes grupos temáticos e, também, uma maior especialização de temas correlatos: sexualidade, corpo, entre outros.

A partir dos anos 1980 começa a criação de Núcleos de pesquisa nas Universidades. Em livro sobre **Gênero e Universidade** organizado por COSTA, A.O; BLAY, E. A. (1992) as autoras fazem um levantamento dos Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações de Gênero, nos anos 1980-1990. No período de 10 anos há o registro de 20 Núcleos nas Universidades, o primeiro criado em 1980, pela professora Fanny Tabak NEM (PUC/RJ), mas que atualmente não está mais em funcionamento. Destes 20, fomos informadas que somente seis estão em atividade, entretanto ainda teremos que pesquisar melhor.

Do nosso universo de pesquisa, que visava os Núcleos mais importantes em termos de maior longevidade no tempo e prestígio acadêmico temos quatro que sobreviveram: **NEIM/UFBA, criado em 1983**; o **NEMGE/USP, criado em 1985 (já incorpora, em seu nascimento, a categoria gênero)**, o **PAGU criado em 1990**. No caso do **NEG/UFSC, criado em 1984**, se hoje ele não existe mais por ter mudado de

nome, há atualmente, nesta universidade, o **Instituto de Estudos de Gênero/IEG** que agrega sete Núcleos de Pesquisa desta área.

Destacamos deste universo de pesquisa, **dois dos núcleos que já realizamos visitas** in loco, por idade. **Em primeiro**, o **NEIM/UFBa, com 28 anos**, ele se constitui em um **polo acadêmico de estudos de gênero** na região Norte/Nordeste, no Brasil e na América Latina, Criou em 2005 o **Programa de Pós-Graduação de Estudos Feministas e de Gênero** (NEIM/UFBA/CAPES), pioneiro no país e na América Latina na formação de quadros especializados de alto nível. Já formou 24 Dissertações de Mestrado e 1 Doutorado. Em 2008 criou o primeiro Curso de Graduação de Gênero e Diversidades, que em breve formará sua primeira turma.

Entre suas realizações, o **NEIM** produz a **Coleção de Livros Bahianas** e organiza desde 1995, anualmente, o **Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero**, com todas estudiosas de gênero das Universidades da Bahia, que este ano estará em sua XVII edição. Segundo informações lá obtidas, estes encontros têm como objetivo fortalecer os laços entre os/as pesquisadores/as do estado da Bahia e trazer à tona as produções realizadas. É, também, o polo da **REDOR** (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero), que realiza eventos regionais, nacionais e internacionais, como o **I Seminário Internacional: Enfoques Feministas e o séc. XXI: Feminismo e Universidade na América Latina**, realizado em Salvador em 2005.

A militância é feita pela *“implementação de ações concretas de transformação na condição das mulheres”* e se viabiliza nos projetos de extensão e formação de mulheres, já realizados, nas áreas do trabalho, de combate ao racismo e sexismo institucional no país, entre outros. Em curso há o **Consórcio Observatório Lei Maria da Penha** com a Secretaria Especial de Políticas das Mulheres (SPM), que desenvolve ações e pesquisas sobre a situação da violência contra as mulheres na Bahia.

Este Núcleo se caracteriza pela busca da **associação entre ciência e militância**, uma posição que é assumida por parte de suas integrantes. Na pesquisa que realizamos *in loco* recentemente (dados ainda não processados), as principais líderes desta instituição declararam esta posição, mas consideraram que há as que se dedicam mais à academia e àquelas que se dedicam às duas instâncias. Não deixaram de comentar as dificuldades, perdas e ganhos em manter as duas atuações, dado as inúmeras pressões atuais na

academia pela produtividade e o envolvimento que a militância exige. Interessante destacar que em 1974 - a professora **Zahidé Machado Neto**, uma das pioneiras no país do ensino na área das mulheres – lecionou disciplina sobre o tema com bibliografia que incluía Simone de Beauvoir, Germaine Greer, entre outras; segundo depoimento de uma de suas alunas, **Luzinete Simões Minella**, hoje uma das expoentes dos estudos de gênero na **UFSC**. Pelos depoimentos obtidos observamos que o curso sobre mulheres da professora **Zahidé Machado Neto** marcou a geração mais antiga deste Núcleo.

Em segundo, o **Instituto de Estudos de Gênero (IEG)**, que aglutinou uma série de Núcleos sobre Mulher e Gênero da UFSC, cujo primeiro Núcleo de Estudos de Gênero (**NEG**) foi **criado em 1984** continuou até 1989/90 com outras pessoas. Conforme a pesquisa que realizamos em Florianópolis, foi verificado que a área de Mulher e Literatura foi e ainda é muito forte. Esta área organizou o primeiro **Encontro sobre Mulher e Literatura**, em 1985. Segundo o depoimento que nos concedeu **Susana Borneo Funck** este Encontro foi organizado por ela e por **Carmen Rosa Caldas-Coulthard**, as duas da área da Literatura e Linguística, em Florianópolis. O I e o III Encontros foram realizados em Florianópolis. Esta atividade continua ocorrendo, em nível nacional e internacional, até hoje em várias cidades do país. **Susana Funck afirma que** “*foi fundado o Grupo de Trabalho (GT) Mulher e Literatura na ANPOLL (Associação Nacional Pós-Graduação em Letras e Linguística)*”, em 1985 e que ele continua existindo..

A partir dos Encontros Mulher e Literatura surgiu a ideia, das pesquisadoras desta área **Susana Funck e Zahidé Lupinacci Muzart**⁵ de realizar um evento mais amplo de gênero. Conforme depoimento concedido por Zahidé Lupinacci Muzart, havia “*tanta gente que trabalhava com gênero que eu pensei vamos fazer um evento*”(…) Segundo Susana: “*como já tinha muita interdisciplinaridade informalmente a Zahidé teve a idéia de fazer esse encontro. E como vamos chamar esse encontro? Aí eu me lembrei que a Maria Luiza Heilborn tinha uma expressão que era fazendo gênero(....)E aí o “Fazendo Gênero” hoje você sabe o que é. No IEG a interdisciplinaridade é um* conceito aglutinador, **já que** os estudos deste Instituto abrangem várias área que dialogam entre si: Literatura, Antropologia, Sociologia, História, Psicologia/Psicanálise.

⁵ Proprietária da Editora Mulheres Florianópolis/SC

O primeiro “Fazendo Gênero” (FG) foi, então, organizado por elas duas em 1994 e contou com 100 participantes. De lá para cá ocorreram 9 edições bianuais do FG, sendo que na última, em 2010 havia mais de 4.300 trabalhos inscritos/as. Em 18 anos o FG tornou-se uma referência nacional e internacional – a partir de 2000 eles se transformaram em encontros internacionais – dos estudos de gênero.

Produção Acadêmica: Temas e Problemas

Os concursos de Dotações para Pesquisa sobre “Trabalho e Educação da Mulher” financiados pela Fundação Carlos Chagas/Ford (1978-1998) podem ser considerados como o primeiro incentivo institucional/financeiro da produção dos estudos de gênero no país. Eles ocorreram entre 1978/1988 e durante esses 10 anos houve 1.157 projetos inscritos e 170 projetos aprovados de todas as regiões do país (BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002), o que denota o crescimento e o interesse sobre a questão.

A partir de 2002, os editais da Secretária Política das Mulheres/ CNPq voltados para as questões de gênero e/ou área da saúde constituíram um incentivo importante para o financiamento das pesquisas de gênero. Além disso, os editais SPM/CNPq de concursos de monografias sobre gênero, em diferentes categorias de titulação, também incentivou a produção em estudos de gênero para os níveis médios e da graduação.

A produção de duas Revistas Feministas Acadêmicas na década de 1990, Revista Estudos Feministas REF/UFRJ/UFSC e Cadernos PAGU/UNICAMP, abriu espaço para divulgação da reflexão teórica e empírica das pesquisas feministas e de gênero. Ressalta-se que estas duas Revistas estão indexadas na base Scielo, uma das mais prestigiadas no meio acadêmico brasileiro. Podemos supor que neste percurso há um significativo capital de conhecimentos, teorias, métodos, que consolidaram esse campo científico específico.

A “Revista Estudos Feministas” (REF) foi lançada em 1992 e buscou realizar um anseio *da comunidade acadêmica brasileira* que trabalhava *com gênero e relações entre os sexos*, conforme seu primeiro Editorial, assinado pela editora responsável, Lena Lavinias. O projeto editorial da revista foi realizado por: Albertina de Oliveira Costa (Fundação Carlos Chagas); Ana Vicentini (UNB); Heloisa Buarque de Hollanda e Lena Lavinias (UFRJ); e Maria Odila Dias Leite (USP). Tal projeto previu a publicação de

artigos em português e a versão em inglês de um destes artigos, o que propiciava a difusão e intercâmbio entre pesquisadore/as nacionais e estrangeiras/os.

Em seu lançamento a REF pretendeu difundir, expandir e aprimorar a produção do conhecimento “*na área de estudos feministas*” para além da/os especialistas. Havia, também, a aspiração de que esse periódico fosse, igualmente, um espaço para os movimentos feministas. A análise deste editorial evidencia a proposta da articulação da militância política feminista e da produção científica neste campo. A Revista contou com o apoio da Fundação Ford e da Escola de Comunicação da UFRJ, em seu Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneo s(CIEC) até 1999. Neste ano, o término dos recursos fez com que a REF publicasse um número transitório, mas já sediada na Universidade Federal de Santa Catarina, com Miriam Pillar Grossi e Claudia de Lima Costa na editoria. A REF em seus começos em Florianópolis contou com o apoio da UFSC, da FINEP/CNPQ, com o trabalho não remunerado das coordenadoras, e de seus comitês editoriais consultivos e comitê institucional nacional e internacional. Nessa nova fase a revista dá continuidade aos seus objetivos iniciais, isto é, a difusão da produção científica qualificada feminista e de gênero aliada ao compromisso com os movimentos feministas. A REF continua sediada até os dias que correm na UFSC/IEG mantendo sua regularidade e seus objetivos.

A REF passou por inúmeras mudanças em sua edição até chegar ao formato atual em 2002, ainda aperfeiçoado em 2004, que além da coordenação editorial, criou editorias específicas de artigos, ensaios e seção temática, de dossiês, de resenhas e de entrevistas. Segundo análise de MINELLA (2008), que esteve à frente destas mudanças, elas responderam a inúmeros fatores, entre outros, o “*aumento da oferta de textos*” além das exigências institucionais, tanto ligadas à produtividade acadêmica, quanto às tendências e “*critérios nacionais e internacionais de divulgação científica*, da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Considera “que não existe publicação sem agenciamentos políticos” e que a expansão constitui, em última instância, “*uma nova estratégia, que (...) responde a um dos seus principais desafios que é a falta de recursos*”.

De 1999-2009 recorte de nossa pesquisa para fins de análise comparativa (incluí somente o n.1 de 2009) foram publicadas 25 revistas, um número duplo em 1999 e um número especial em 2004. A partir de 2005 a REF passou a publicar 3 números por ano. Seus números estão na base Scielo desde 2001. A REF edita anualmente um número em

inglês para a Scielo Social Science e, também no Portal Feminista, o que lhe garante amplo e democrático acesso. Isto significa não só divulgação científica e reconhecimento do campo de estudos de gênero, mas também, aprofundamento e crescimento das questões teórico-metodológicas da área.

Nestes 10 anos, a REF publicou **32%** de artigos sobre **gênero e cidadania**; **26%** de artigos sobre **corpo, saúde, sexualidade, identidade e subjetividade**; **21%** de artigos sobre **estudos feministas e de gênero**; **10%** de artigos sobre **família e reprodução**; **7%** sobre **trabalho e migração** e **4%** sobre **violência de gênero**⁶. Neste período, a REF publicou 24 números e 13 dossiês (fora as seções temáticas) sobre temas diversificados relacionados à questão de gênero: mulheres indígenas; educação, racismo; publicações feministas; fórum mundial social; agricultoras; trabalho; juventude; religião; gays, lésbicas e transgêneros; corpos; mídia; mulheres em áreas rurais; aborto; 120 anos da abolição da escravidão. Observa-se que em seus temas a REF mantém seu compromisso inicial com as questões sociais e políticas públicas ligadas ao Feminismo, como também, com os temas clássicos e teóricos do movimento feminista, além de se abrir para temas e problemas emergentes. BARSTED (2008) analisa nos 15 anos da REF “*o quanto a Revista tem dialogado com os movimentos de mulheres e contribuído para o aprofundamento de questões e de propostas desses movimentos no debate público, em especial no debate com o Estado*”.

Em 1993, foi lançada a revista **Cadernos PAGU**, sediada na UNICAMP e ligada a um grupo acadêmico interdisciplinar – Antropologia, Sociologia, História, Política - que tinha como objetivo “*aprofundar-se no conhecimento em torno das categorias de gênero*”, de acordo com seu editorial, assinado por Adriana PISCITELLI. O primeiro número, intitulado *Trajetórias e Sentimentos*, publicou textos teóricos e pesquisas sobre gênero de autoras deste grupo e chama as/os interessadas/os para participar. Faz também, uma homenagem à memória de Elisabeth Sousa Lobo, socióloga e militante feminista. A Revista passou a ser publicada a partir de 1994, duas vezes ao ano. Ela, também, está indexada na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) desde 2001. Obteve financiamento externo à Universidade a partir de seu quinto número. Ainda não fizemos

⁶ Com base na análise das palavras-chaves dos artigos fizemos esta classificação ampla com o intuito de não dispersar os temas gerais e poder, inclusive, utilizá-los para a comparação entre das duas Revistas. Por exemplo: estudos feministas e de gênero, agrupa reflexões teóricas, históricas, metodológicas, bem como conceituais das questões de gênero.

a pesquisa de campo no Núcleo PAGU, então as informações que aqui expomos referem-se mais à análise das revistas e da produção e o que encontramos disponível em textos.

De 1999 a 2009, anos do recorte de nossa pesquisa, os Cadernos PAGU publicaram 21 números, duas por ano e um número duplo. Neste período publicou 35% de seus artigos sobre **corpo, saúde, sexualidade, identidade e subjetividade**; 26% de artigos sobre **estudos feministas e de gênero**; 14% de artigos sobre **trabalho e migração**; 10% de artigos sobre **gênero e cidadania**; 9% de artigos sobre **família e reprodução**; e 6% de artigos sobre **violência de gênero**. A PAGU publicou neste período dossiês sobre feminismos; gênero e ciências; gênero e gerações; corpo, identidades, sexualidade, tecnologias, transformações, moda; mercado do sexo, trânsitos; infância; reprodução e relações familiares; trabalho, equidade; violência; economias de gênero. Os temas gerais História das Mulheres, Gênero e Ciência, Trabalho, Violência, Sexualidade, Raça, Família, Corpo, Feminismo entre outros, estão divididos em seus 30 cadernos, publicados no período de 1992 – 2009. A PAGU manteve nestes anos todos seu propósito de contribuir para o crescimento e aprofundamento interdisciplinar do campo de estudos de gênero na academia, sem perder de vista seu compromisso com as causas específicas, notadamente as **questões do racismo, da sexualidade, das identidades, das migrações**, os temas políticos e sociais debatidos no movimento feminista contemporâneo: sexualidade, subjetividade, corpo, tecnologias, ciência e teorias.

Enquanto isto, na Academia, ao longo das duas últimas décadas, a produção de pesquisas, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre as questões de gênero nas áreas de saúde, violência, política, trabalho, educação, corpo, sexualidade, entre outras, continuam a crescer. Além disto, Os Congressos das Áreas de Ciências Sociais, Humanas e afins ampliaram os espaços para o debate de: em mesas-redondas, ou grupos de trabalho ou, ainda na intersecção com outras problemáticas.; os Congressos da Rede de Estudos Feministas (REDEFEM) que são realizados bi-anualmente; os GTs de Gênero e correlatos, na ANPOCS, ANPUH, ANPED, ANPOLL. Além de inúmeros Seminários, Encontros e Congressos em temas pontuais e, também, de áreas como Direito, Letras, Filosofia, Comunicação. A questão Gênero adquiriu status acadêmico, embora nem sempre identificadas com o feminismo, como observa Grossi (2004), apesar

das demandas do movimento social e do “feminismo de estado” estimularem as pesquisas.

Antes de finalizar eu gostaria de fazer algumas reflexões que me surgiram durante esta pesquisa, ainda inacabada. Concordo com Côrrea (2001 p.24) quando ela afirma que *“há uma clara articulação entre o feminismo dos anos 70 e a emergência dos estudos de gênero nos anos 90 (...). Isso não implica em negar a existência de pesquisadores não envolvidos com a militância hoje, mas implica sim em enfatizar a impossibilidade da existência de estudos de gênero que não tenham uma dimensão política, parte de sua história”*. Este é o compromisso político que nos leva não só a colocar a paixão no trabalho, como ter como pressuposto que acreditamos naquilo que fazemos. E é justamente o que eu tenho encontrado entre as cientistas que tenho entrevistado com as quais (devo dizer) muito me identifico. Entretanto, ao constatarmos o percurso do crescimento dos estudos feministas e de gênero no país, observamos que ele se multiplica graças a um trabalho árduo de poucas mulheres que nele acreditam, como uma espécie de militância acadêmica, constantemente confrontada com inúmeros *ismos*, desnecessários de arrolar.

Nas questões sociais que hoje atingem as mulheres no Brasil e que o feminismo discutiu desde os anos 70, em outro contexto, encontramos os elos que ligam a militância com a ciência: a violência de gênero, a educação, a saúde sexual e reprodutiva; o aborto; a maternidade, a sexualidade, o trabalho, a divisão sexual do trabalho e do trabalho sexual, o racismo, o sexismo, o machismo, o consumismo, sem falar de todas as fobias e misérias que nos cercam. Conheçê-las, por meio de trabalho científico e acadêmico, torná-las públicas eis, talvez uma contribuição que os estudos de gênero poderão dar à construção de uma sociedade mais justa e democrática.

BIBLIOGRAFIA

BARSTED L “Legalização e descriminalização do aborto no Brasil, 10 anos de luta feminista”. Rio de Janeiro, *Revista Estudos Feministas*, CIEC/ECO/UFRJ, n.0, 1992, pp.104-130

_____As relações da *Revista Estudos Feministas* com os movimentos de mulheres, *Rev. Estud. Fem.* 2008, vol.16, n.1, pp. 97-103.

BLAY, E. A. . Trabalho Domesticado. SAO PAULO: ATICA, 1978. 294 p

- BRUSCHINI C.; UNBEHAUM S.(orgs) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002.
- CARDOSO E. Imprensa feminista no exílio e a descoberta do gênero, VII Colóquio Brasil-França, 2004. Disponível <http://reposcom.portocom.intercom.org.br>
- _____ Imprensa Feminista brasileira pós-74 Revista *Estudos.Feministas* .vol.12, N.E), 2004,. pp.37-55,
- CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS EM PARIS, Carta enviada, em 17 de dezembro de 1976, aos jornais feministas brasileiros e alternativos. In Dossiê, Paris, 1976.
- CORRÊA M., Do feminismo aos estudos de Gênero no Brasil: um exemplo pessoal in Cadernos PAGU n. 16, 2001, pp.13-30.
- COSTA Albertina de Oliveira. Os estudos de Mulher no Brasil ou a Estratégia da Corda Bamba, in Revista Estudos Feministas, n. especial, 2 semestre 1994,. p. 401-409.
- COSTA, Ana Alice. “O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política” Revista *Eletrônica Labrys, estudos feministas/études féministes* 7 (jan/fev 2005) <http://www.unb.br/ih/his/gefem>
- _____ e SARDENBERG C. Teoria e Práxis Feministas na Academia: os núcleos de estudos sobre mulher nas universidades brasileiras. in Revista Estudos Feministas, n. especial, 2 semestre 1994, p. 387-400
- GARDEY D. La part de l’ombre ou celle des Lumières ? Les sciences et la recherche au risque de genre. Revue Travail, Genre et Sociétés n.14, nov. 2005.
- GOLDEBERG, A. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- _____ Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo *bom para o Brasil*”. in *Relações Sociais de Gênero x Relações Sociais de Sexo*. São Paulo, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, USP, 1989, pp. 1-45.
- GROSSI, M. P. ; MENDES, J. C. ; MINELLA, L. S. ; RAMOS, C. V. V. . Feminismos e Publicações: pulsações de teorias e movimentos. Revista Estudos Feministas **JCR**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 7-16, 2004.
- LEITE, R. “Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira”, *Estudos.Feministas*. vol11, n.1, 2003, pp.234-241.

- MADEIRA, F. e SINGER, P., *Estrutura do Emprego e Trabalho feminino no Brasil: 1920-1970*, Cadernos CEBRAP, São Paulo, n.13, 1975.
- MINELLA L. *Fazer a REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial* 2008.
- MORAES Q.M.L. *A experiência Feminista dos Anos Setenta*, Araraquara, FCL/UNESP, 1990,
- PEDRO J. *Narrativas Fundadoras do Feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*, in *Revista Brasileira de História* v. 26, 2006. p.249-271.
- PRADO D. *Feminismo no Exílio – Feminismo na Ditadura*, in *Cadernos de Crítica Feminista*, ano III, n.2, dez. 2009, p.182-189.
- SAFFIOTI H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.
- _____ *Quantos sexos? Quantos gêneros? Unisexo/Unigênero?* in *Cadernos da Crítica Feminista*, ano III, n.2, dez. 2009, p.4-32.
- SARTI, Chyntia “Feminismo e Contexto: lições do caso brasileiro”, in. *Cadernos Pagu*, 16, 2001, pp.31-48.
- SCAVONE L. *Estudos de Gênero e Feministas no Brasil: implicações científicas e sócio-políticas (Projeto pesquisa, UNESP/CNPq)*
- SCHUMAER S.; BRAZIL V. E. *Dicionário das Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, .235p.
- TELES M.A.A. *Breve história do feminismo no Brasil*. Editora Brasilense, 1993, pp.117-119.